

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

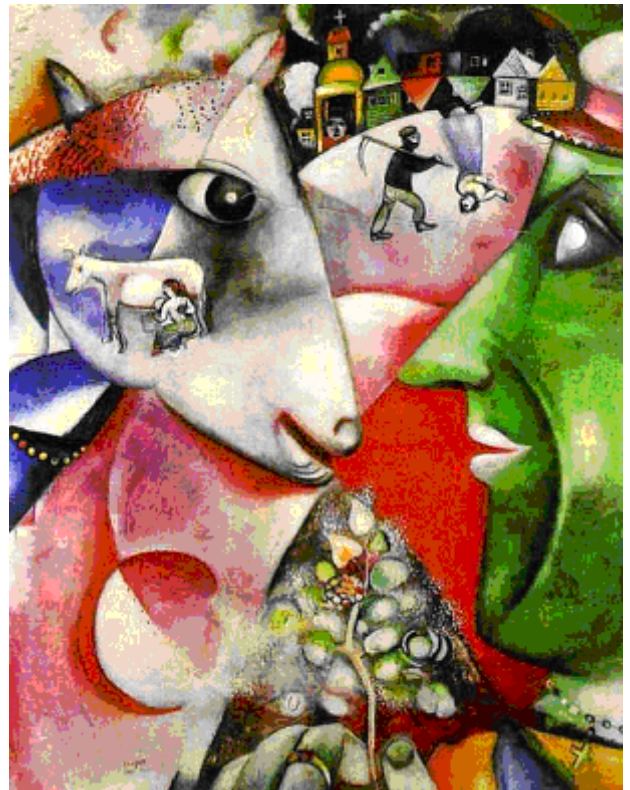
- INSOLVÊNCIA -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 25 de novembro de 2014

Processo Especial de Revitalização – Processo de insolvência – Plano de Revitalização – Plano de Insolvência

A Lei disponibiliza aos devedores que se encontrem numa situação de insolvência meramente eminente dois meios judiciais: o processo de insolvência e o processo especial de revitalização (doravante “PER”). O PER aplica-se apenas naquelas situações em que ainda é possível a recuperação da empresa através da negociação com os respetivos credores com vista a com eles estabelecer um acordo nesse sentido de harmonia com o preceituado no artigo 17º-A do CIRE, visando privilegiar, sempre que possível, a manutenção do devedor no giro comercial. Trata-se de um processo negocial extrajudicial do devedor com os credores, com a orientação e fiscalização do administrador judicial provisório, focalizado na obtenção de um acordo para a revitalização da empresa, ao qual são aplicáveis, com as necessárias adaptações, as regras específicas que pautam a homologação do plano insolvencial, *maxime*, as decorrentes do normativo inserto no artigo 195º do CIRE, constante do Título IX, para o qual nos remete o artigo 17º-F, nº5, do mesmo diploma.

A unidade do sistema jurídico, impõe que as leis se interpretem umas às outras, o que no caso em apreço conduz à asserção de que não contendo as regras específicas relativas ao PER – constantes dos artigos 17º-A a 17º-I, qualquer dispositivo específico de onde deflua quais os itens a observar aquando da elaboração do «plano» e remetendo aquele normativo, para o Título IX, respeitante ao «Plano de Insolvência», embora se destacando o que preceituam os artigos 215º e 216º, igualmente insertos naquele Título, mas não descartando a aplicação de todos os outros que o enformam, parece não se poder concluir que as regras respeitantes àquele



plano insolvencial não tenham aplicação no PER. Embora sejam realidades diversas, porque o Plano de Revitalização é uma demarche pré-insolvencial e o Plano de Insolvência, insere-se já neste processo declarativo, não se anulam quer na forma, quer na substância, nem obedecem a um critério pré-definido, porque as situações variam, resultando daquele artigo 195º do CIRE a enunciação dos elementos que o «plano» deverá conter, por forma a elucidar todos os intervenientes, com vista á sua aprovação e subsequente homologação pelo juiz.

- BANCÁRIO -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 20 de novembro de 2014

Cheque revogado – Falta de provisão – Responsabilidade civil

O pressuposto do dano da responsabilidade civil emergente da conduta da instituição de crédito que recusa pagar cheques apresentados a pagamento no prazo legal, com a menção, aposta em cada um, de “cheque revogado justa

causa”, fica preenchido logo com esse não pagamento. Irrelevando, desde modo, que a conta não tivesse provisão e que, por isso, sempre ocorreria a devolução daqueles títulos de crédito.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 25 de novembro de 2014](#)

Garantia bancária autónoma – Garantia automática – Garantia não automática – Requisitos

Com base no contrato de garantia bancária autónoma, o garante, em regra um Banco, obriga-se a pagar a um terceiro – beneficiário – certa quantia, verificado o incumprimento de um contrato-base, sendo mandante ou ordenante (preferimos “ordenante” a “ordenador”) o devedor nesse contrato, sem que o garante possa opor ao beneficiário (credor no contrato-base) quaisquer exceções reportadas ao contrato fundamental.

A autonomização em relação ao contrato-base é um dos traços distintivos da garantia bancária e uma das características que lhe conferem autonomia, que na fiança não existe por esta ser caracterizada pela acessoriedade. A característica da autonomia é mais patente quando a garantia deve ser prestada à primeira solicitação, “on first demand”.

Dada a característica da autonomia, o garante, sendo a garantia bancária autónoma à primeira solicitação, não pode socorrer-se de meios de defesa senão os decorrentes do próprio contrato de garantia.

A garantia bancária pode ser automática ou não automática. Sendo automática, em regra, à primeira solicitação (mas podendo não revestir esta modalidade), o garante deve pagar, não podendo discutir ou fundamentar a recusa reportando-se ao contrato-base, como, no caso, entrar a discutir se houve ou não incumprimento do contrato-base.

Na garantia à primeira solicitação, o garante bancário está obrigado a pagar, face à autonomia, à potestividade e à automaticidade do contrato, mas esta obrigação não é incompatível com a exigência de prova do incumprimento do ordenante.

A fronteira entre a garantia automática ou não automática não passa pela consideração de que naquela, o beneficiário pede ao garante e este sem mais deve pagar, por contraponto à garantia não automática em que o garante pode, reportando-se ao contrato de garantia, questionar se o pressuposto da sua responsabilidade se verifica, mormente, no caso

em que se acertou que o pedido de pagamento contemplado na garantia ficava dependente de prova, não de factos relacionados com o contrato-base (em relação ao qual o garante é alheio), mas em relação ao contrato de garantia.

Na fiança, em função da sua característica da acessoriedade – art. 627º, nº2, do Código Civil – não existe o efeito automático de responsabilização do fiador ante o incumprimento lato sensu do afiançado, porque o fiador, só renunciando ao benefício da excussão prévia – art. 638º e 640º a) do Código Civil – e assumindo a qualidade de obrigado principal, ou principal pagador, deixa de poder opor ao credor os meios de defesa deste.

Exercendo o co-recorrente a actividade profissional bancária não pode, como se leigo fosse, prevalecer-se de qualquer equivocidade das suas declarações, sabendo o contexto em que, como no caso, emite uma garantia solicitada pelo ordenante.

Não valendo como ultima ratio interpretativa a literalidade do texto, não é contudo razoável considerar que um Banco, quando presta uma garantia bancária, possa afirmar que prestou uma fiança, escudando-se no facto de o texto da garantia dizer que “se obriga como principal pagador” para sustentar que o que prestou foi uma fiança bancária sendo que no texto utiliza as palavras “beneficiário” e “parte ordenadora” que, segundo os usos bancários, são utilizadas quando se está perante garantia autónoma, figura diversa da fiança bancária.

Na garantia autónoma simples, sendo ela condicionada e não absoluta, compete ao beneficiário a prova do incumprimento por parte do ordenante/devedor. Tendo o beneficiário executado o garante, pedindo o pagamento da garantia, compete ao executado a prova da inexistência de factos que evidenciem o preenchimento do requisito de que depende o cumprimento do contrato de garantia.

- CIVIL -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 25 de novembro de 2014](#)

Impugnação Pauliana – Requisitos – Má fé

Como requisito da impugnação pauliana, a má fé não exige uma atuação dolosa, com a

intenção de causar dano ao credor, mas tão só a consciência de que o ato vai provocar a impossibilidade para o credor de obter a satisfação integral do seu crédito ou um agravamento dessa impossibilidade.

É reconhecida a dificuldade de prova desse requisito e a relevância que, por isso, assume o recurso a presunções judiciais fundadas em regras de experiência.

Ao Supremo está, porém, vedado o uso de presunções judiciais e, conhecendo, por regra, tão só de matéria de direito, apenas pode sindicá-lo juízo presuntivo feito pela Relação se ele "ofende qualquer norma legal, se padece de alguma ilogicidade ou se parte de factos não provados". Daí também que, por regra, não possa o Supremo sindicá-lo se houve ou não erro da Relação ao não usar de uma presunção judicial.

De todo o modo, a presunção judicial só é legítima se não alterar os factos que foram objeto de prova e das respostas do julgador (não impugnadas).

- PROCESSO CONTRA-ORDENACIONAL -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 26 de novembro de 2014](#)

Condução Automóvel – Telemóvel

O manuseamento, pelo condutor de veículo em marcha, de auscultadores sonoros e de aparelhos radiotelefónicos, seja ou não continuado, representa um perigo acrescido para a condução de veículos, proibido nos termos do art. 84.º do Cód. da Estrada.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- FINANCEIRO -

[Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2014, de 18 de novembro de 2014](#)

Estabelece os deveres mínimos de informação a observar pelas instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica, com sede ou sucursal em território nacional, durante a



vigência de contratos de crédito aos consumidores, regulamentando o disposto no n.º 4 do artigo 14.º do [Decreto-Lei n.º 133/2009](#), de 2 de Junho.

- LABORAL -

[Portaria n.º 254/2014, de 9 de dezembro de 2014](#)

Regulamenta o Programa de Estágios Profissionais na Administração Local.

- REGISTO AUTOMÓVEL -

[Decreto-lei n.º 177/2014, de 15 de dezembro de 2014](#)

Cria o procedimento especial para o registo de propriedade de veículos adquirida por contrato verbal de compra e venda, tendo em vista a regularização da propriedade, e estabelece o regime de apreensão de veículos decorrente do referido procedimento especial.